

Ventos de São Lúcio | Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A

Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imobilizado

Veja as Notas 2.7 e 7 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui imobilizado líquido no montante de R\$ 320.247, divulgado na Nota explicativa nº 07.

A Companhia iniciou suas operações durante o exercício e dessa forma suas principais operações referem-se a aquisições de ativo imobilizado e transferências. Tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado;
- Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos são condizentes com ativo registrado;
- Circularização do saldo com o principal fornecedor de máquinas para o parque da Companhia.
- Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.068	13	Fornecedores		274	751
Aplicações financeiras	5	-	1.329	Dividendos a pagar	14	598	-
Contas a receber de clientes de partes relacionadas	6	5.425	-	Empréstimos e financiamentos	8	5.942	-
Partes relacionadas - outros créditos	14	1.062	679	Debêntures	8	9.026	-
Outros créditos		2.325	1.456	Contratos de mútuos	14	4.125	-
				Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	22	69
				Obrigações fiscais		536	50
				Imposto de renda e contribuição social	16	583	-
				Obrigações trabalhistas		-	5
				Outras contas a pagar		872	69
				Obrigações com arrendamentos		-	93
Total do Ativo Circulante		14.880	3.477	Total do Passivo Circulante		21.978	1.037
				Empréstimos e financiamentos	8	143.196	-
Aplicações financeiras	5	7.560	-	Debêntures	8	87.235	84.850
Outros créditos		88	237	Obrigações com arrendamentos		-	53
Realizável a longo prazo		7.648	237	Provisão de desmobilização		3.035	-
				Total do Passivo Não circulante		233.466	84.903
Imobilizado	7	320.247	111.903	Patrimônio líquido	9		
Intangível		5	-	Capital social		85.417	32.843
				Reserva legal		126	-
				Reserva de lucros a distribuir		1.793	-
				Prejuízos acumulados		-	(3.166)
Total do Ativo Não Circulante		327.900	112.140	Total do Patrimônio líquido		87.336	29.677
				Total do Passivo		255.444	85.940
Total do Ativo		342.780	115.617	Total do Passivo e Patrimônio líquido		342.780	115.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	10	24.932	-
Custos operacionais	11	<u>(8.005)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		16.927	-
Despesas gerais ou administrativas	12	<u>(1.179)</u>	<u>(1.864)</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		15.748	(1.864)
Receitas financeiras	13	345	-
Despesas financeiras	13	<u>(8.700)</u>	<u>(21)</u>
Resultado financeiro		(8.355)	(21)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		7.393	(1.885)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	<u>(1.710)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>5.683</u>	<u>(1.885)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>5.683</u>	<u>(1.885)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.683</u>	<u>(1.885)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		33.195	(3.412)				(1.281)	28.502
Capital integralizad		-	3.060	-	-	-	-	3.060
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.885)	(1.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		33.195	(352)	-	-	-	(3.166)	29.677
Capital subscrito	9	52.222	(52.222)	-	-	-	-	-
Capital integralizad	9	-	52.574	-	-	(28.098)	-	24.476
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	5.683	5.683
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	28.098	-	28.098
Destinação do Lucro								
Reserva legal	9	-	-	126	-	-	(126)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	-	-	(598)	(598)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	-	1.793	-	(1.793)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		85.417	-	126	1.793	-	-	87.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		5.683	(1.885)
Ajustes para:			
Depreciação	7	3.327	89
Amortização de despesas antecipadas		421	-
Rendimento de aplicações	5	(99)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	3.317	-
Juros sobre debêntures	8	2.551	-
Juros sobre mútuos obtidos	13	82	-
Juros sobre arrendamentos	13	1	2
Juros sobre desmobilização	13	40	-
Resultado da baixa de imobilizado	7	414	-
Imposto de renda e contribuição social	16	1.710	-
Resultado da baixa de arrendamento		-	2
		17.447	(1.792)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(5.425)	-
Outros créditos		(1.016)	(1.558)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(430)	780
Fornecedores		(477)	(387)
Obrigações trabalhistas		(5)	5
Obrigações fiscais		70	(32)
Outras contas a pagar		803	68
		10.967	(2.916)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
Impostos pagos sobre o lucro	16	(679)	-
		10.288	(2.916)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(7.467)	(84.174)
Resgates de aplicações financeiras	5	3.510	161.190
Aquisição de imobilizado	7	(195.701)	(74.596)
Captação de mútuos com partes relacionadas - principal		4.000	-
		(195.658)	2.420
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	9	24.476	3.060
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	28.098	-
Captações de empréstimos e financiamentos	8	141.400	-
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(1.294)	-
Custo de captação - debêntures	8	(1.108)	(2.554)
Arrendamentos pagos		(147)	(7)
		191.425	499
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		6.055	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	13	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	6.068	13
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		6.055	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019, e tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do empreendimento denominado EOL Ventos de Santa Léia 14; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Ventos de Santa Léia 14; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O empreendimento possui 66,1 MW de capacidade instalada e de acordo com o despacho nº 3.576 de 21 de setembro de 2023, a última unidade geradora do empreendimento entrou em operação comercial a partir do dia 22 de setembro de 2023, quando a totalidade da energia produzida passou a estar disponível ao sistema. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

Capital Circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 7.098, parte significativa desse valor é referente a empréstimos e debêntures de curto prazo, que serão amortizadas no ano de 2024. O pagamento da dívida, e a consequente continuidade operacional do negócio, serão garantidos por meio de aportes de capital dos acionistas da Companhia.

1.1 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

No dia 7 de outubro de 2023, a Companhia identificou o desligamento intempestivo de um dos dois transformadores de potência do empreendimento, o qual está desde então inoperante. Portanto, até a operação plena do transformador, a produção de energia sofrerá redução.

O equipamento encontra-se em garantia e todo o custo relacionado ao conserto, serviço e transporte será de responsabilidade do fornecedor do equipamento. A Companhia possui uma apólice de Risco Operacional com cobertura de lucro cessante. Desta forma, a Companhia comunicou a seguradora sobre o evento, que cobrirá a totalidade do lucro cessante resultante do material danificado. A apólice cobre as despesas adicionais com a compra de energia, sendo que existe uma franquia de 60 dias de lucro cessante.

A estimativa da Companhia é que o transformador volte a operar plenamente em junho de 2024.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 2.7 – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme diretrizes do manual de controle patrimonial do setor elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”); e
- Nota 2.7 – provisão para desmobilização: determinar o prazo de operacionalização do empreendimento com base no período de concessão da outorga.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contratos de mútuos, partes relacionadas – outras contas a pagar, outras contas a pagar, obrigações com arrendamentos e dividendos a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26): as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota 8, a Companhia tem empréstimo bancário e debêntures que estão sujeitos a *covenants* específicos, os quais são constantemente monitorados pela Administração, efetivando assim o fiel cumprimento durante a vigência dos contratos.
- (b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.
- (c) Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração do Grupo Casa dos Ventos (“Grupo CDV”) estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e na Casa dos Ventos Comercializadora S.A (“Comercializadora”). Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos do Grupo CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos (“FIs”) da Companhia.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 8, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2023	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de fundos de investimentos	5.538	Baixa do CDI	5.122	4.752
Efeito no resultado	1.412		996	626
Aplicações financeiras (vinculadas)	7.560	Baixa do CDI	7.535	7.510
Efeito no resultado	99		74	49
Empréstimos e financiamentos	(149.138)	Alta do IPCA	(151.947)	(154.756)
Efeito no resultado	(10.498)		(13.307)	(16.116)
Debêntures	(96.261)	Alta do IPCA	(99.354)	(102.448)
Efeito no resultado	(11.095)		(14.188)	(17.282)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	530	13
Aplicações financeiras – fundos de investimentos (a)	<u>5.538</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.068</u>	<u>13</u>

- (a) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2023 foi de 13,32% a.a. A Companhia não é controladora do fundo de investimento, porém a CDV Holding S.A. e suas controladas possuem 100% de participação no capital social do fundo. Portanto, o fundo de investimento está sendo consolidado ao nível da controladora final.

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	-	1.329
Aplicações financeiras vinculadas – Conta Reserva Serviço da Dívida (BNDES) (a)	5.976	-
Aplicações financeiras vinculadas – Conta Reserva Serviço da Dívida (Debêntures) (a)	1.584	-
Aplicações financeiras vinculadas – Conta Reserva O&M (a)	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.560</u>	<u>1.329</u>
Ativo circulante	-	1.329
Ativo não circulante	7.560	-

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco Citibank Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio dos Contratos de Financiamentos celebrados com o BNDES, em 30 de novembro de 2021, e em Escritura de Debêntures, em 02 de dezembro de 2021. Conforme previsto nos instrumentos de crédito, a Companhia deve retratar nestas demonstrações financeiras o recurso existente nas contas de reservas de Serviço da Dívida BNDES, Debêntures e de O&M. Ademais, tais recursos serão mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para pagamento de obrigações relacionadas aos contratos de financiamentos. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2023.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	1.329	78.404
Rendimento de aplicações	99	-
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(6)	(58)
Aplicações financeiras	7.467	84.173
Resgates de aplicações financeiras	(3.510)	(161.190)
Capitalização de rendimentos de aplicações	2.181	-
Saldos finais	7.560	1.329

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2023
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	5.425
Total	5.425

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não identifica-se perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Torres anemométricas	10%	149	(25)	124	139
Edificações	3,33% a 4%	31.473	(279)	31.194	-
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	288.898	(2.942)	285.956	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	2,94% a 8,33%	149	(149)	-	70
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	59.926
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	51.768
Provisão para desmobilização	2,86%	2.994	(21)	2.973	-
Total		323.663	(3.416)	320.247	111.903

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	139	-	-	-	(15)	124
Edificações	-	-	31.473	-	(279)	31.194
Máquinas e equipamentos	-	-	288.898	-	(2.942)	285.956
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	59.926	176.662	(236.588)	-	-	-
Imobilizado em andamento	51.768	19.039	(70.393)	(414)	-	-
Custos de empréstimos	-	13.390	(13.390)	-	-	-
Ativo de direito de uso de bens arrendados	70	-	-	-	(70)	-
Provisão para desmobilização	-	2.994	-	-	(21)	2.973
Total	111.903	212.085	-	(414)	(3.327)	320.247

- (a) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Descrição	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Torres anemométricas	-	-	149	-	(10)	139
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	26.150	36.227	(1.916)	(535)	-	59.926
Imobilizado em andamento	1.737	38.369	12.562	(900)	-	51.768
Ativo de direito de uso de bens arrendados	-	149	-	-	(79)	70
Custos de empréstimos	-	10.795	(10.795)	-	-	-
Total	27.887	85.540	-	(1.435)	(89)	111.903

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valor em adição que representa R\$ 16.384 (R\$ 10.944 em 31 de dezembro de 2022) que não teve efeito caixa, referente a provisão para desmobilização de ativos e custos de empréstimos.

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Vórtx”)

Em 02 de dezembro de 2021, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$ 77.500 (“Escritura de Debêntures”), com sistema de amortização conforme cronograma de pagamento (item c) e com a último vencimento em 15 de julho de 2041. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 7,6078% a.a., desde a primeira data de integralização das Debêntures (17 de dezembro de 2021) até a data de cada efetivo pagamento.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto na Escritura de Debêntures.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atender a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* estabelecidos na escritura de emissão das debêntures.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no valor de R\$ 148.000 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA, (ii) pela taxa de juros prefixada de 3,83% ao ano e (iii) pelo spread do BNDES de 2,24% ao ano. O principal da dívida com o BNDES deverá ser pago em 262 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de março de 2024 e a prestação final vincenda em 15 de janeiro de 2045. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atender a obtenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Financiamento	149.138	-
Custos de captação – empréstimos e financiamentos		(2.760)	-
Empréstimos e financiamentos		146.378	
Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Debêntures	99.862	88.766
Custos de captação – debêntures		(3.601)	(3.916)
Debêntures		96.261	84.850
Total		245.399	84.850

b. Movimentação da conta

BNDES

	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	<u>-</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	141.400
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.317
Capitalização de imobilizado – empréstimos e financiamentos	7.181
Transferência do custo de captação – empréstimos e financiamentos	(1.466)
Custo de captação incorrido no exercício – empréstimos e financiamentos	<u>(1.294)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>149.138</u>
Circulante	5.942
Não circulante	143.196

Debêntures

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	<u>84.850</u>	<u>76.610</u>
Juros sobre debêntures	2.551	-
Capitalização de imobilizado – debêntures	8.544	10.794
Transferência do custo de captação – debêntures	1.424	(2.554)
Custo de captação incorrido no exercício – debêntures	<u>(1.108)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>96.261</u>	<u>84.850</u>
Circulante	9.026	-
Não circulante	87.235	84.850

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

BNDES

Vencimento	31/12/2023	
	Valor	%
2025	7.262	5,0%
2026	7.262	5,0%
2027	7.262	5,0%
2028	7.262	5,0%
2029	7.262	5,0%
2030	7.262	5,0%
2031	7.262	5,0%
2032	7.262	5,0%
2033	7.262	5,0%
2034	7.262	5,0%
2035	7.262	5,0%
2036	7.262	5,0%
2037	7.262	5,0%
2038	7.262	5,0%
2039	7.262	5,0%
2040	7.262	5,0%
2041	7.262	5,0%
2042	7.262	5,0%
2043	7.262	5,0%
2044	7.262	5,0%
2045	605	0,4%
Total parcelas – longo prazo	145.845	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(2.649)	
Saldo total – longo prazo	143.196	

Debêntures

Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor	%		
2024	-	-	5.309	6,0%
2025	8.418	9,0%	7.371	8,3%
2026	8.152	8,7%	7.142	8,0%
2027	6.891	7,3%	6.073	6,8%
2028	6.561	7,0%	5.793	6,5%
2029	5.875	6,3%	5.139	5,8%
2030	6.591	7,0%	5.827	6,6%
2031	6.003	6,4%	5.326	6,0%
2032	5.864	6,2%	5.207	5,9%
2033	5.734	6,1%	5.097	5,7%
2034	5.624	6,0%	5.003	5,6%
2035	5.794	6,2%	5.148	5,8%
2036	5.953	6,3%	5.283	6,0%
2037	5.694	6,1%	5.063	5,7%
2038	5.285	5,6%	4.715	5,3%
2039	3.696	3,9%	3.366	3,8%
2040	598	0,6%	727	0,8%
2041	1.138	1,2%	1.177	1,3%
Total parcelas – longo prazo	93.871	100,0%	88.766	100,0%
(-) Custo de captação – longo prazo	(3.497)		(3.916)	
Saldo total – longo prazo	90.374		84.850	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 85.417 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.843 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 85.417.000 ações, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Acionistas						
CDV Holding S.A.	80%	68.334	68.333.600	80%	26.274	26.274.138
Ares Eyner Participações S.A.	20%	17.083	17.083.400	20%	6.569	6.568.534
Total	100%	85.417	85.417.000	100%	32.843	32.842.672

Aumento de capital

Em 17 de fevereiro de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 49.722 e integralizado nesta data R\$ 25.598 através de saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 29 de setembro de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 2.500 e integralizado nesta data com saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

No exercício de 2023, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 24.476 com entrada em caixa e equivalentes de caixa.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a constituição dos dividendos obrigatórios no montante de R\$ 598.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do exercício	5.683	(1.886)
(-) Prejuízo acumulado	(3.166)	(1.280)
(-) Reserva legal (5%)	(126)	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	2.391	(3.166)
Dividendos obrigatório	598	-

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou constituição de reserva legal no montante de R\$ 126.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 1.793.

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2023
Venda de energia	25.857
PIS e Cofins sobre vendas	<u>(925)</u>
Total	24.932

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2023
Custos com pessoal	(269)
Energia comprada	(1.313)
Depreciação	(3.312)
Gastos operacionais – geração energia	(847)
Seguros	(348)
Gastos com propriedades	(185)
Gastos com manutenção	<u>(1.731)</u>
Total	<u>(8.005)</u>

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação	(15)	(89)
Despesas com pessoal	-	(142)
Despesas legais	(1)	(176)
Despesas com seguros	(73)	(124)
Tributos e contribuições	(3)	(234)
Taxa de manutenção com órgão regulador	(7)	-
Compartilhamento de despesa (nota 14)	-	(530)
Serviços - pessoa jurídica (nota 14) (a)	(1.080)	(429)
Despesas com veículos	-	(1)
Despesas operacionais – geração energia	<u>-</u>	<u>(139)</u>
Total	<u>(1.179)</u>	<u>(1.864)</u>

- (a) Do montante apresentado na nota em 31 de dezembro de 2023, R\$ 893 se refere a pagamentos de consultoria à CDV Holding S.A., conforme citado na nota 14(a). Esses gastos aumentaram no período decorrente da evolução do processo de construção do empreendimento, demandando gastos elevados em regime de compartilhamento de despesas.

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações (a)	200	-
Outras receitas financeiras	145	-
Subtotal	345	-
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(17)	(11)
Juros sobre empréstimos e financiamento (a)	(3.316)	-
Juros sobre debêntures (a)	(2.551)	-
Juros sobre direito de uso	(1)	(2)
Outras despesas financeiras	(9)	(8)
Juros sobre desmobilização	(40)	-
Juros sobre mútuo	(82)	-
IOF	(2.684)	-
Subtotal	(8.700)	(21)
Total	(8.355)	(21)

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e debêntures que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, pois estão sendo capitalizados em conta de ativo imobilizado.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	6.487	679
Contas a receber de clientes		
Venda de energia – partes relacionadas (nota 6)/(c)	5.425	-
Partes relacionadas – outros créditos		
Transações de condomínio (b)	1.062	679
Passivo	4.945	69
Fornecedores		
Compra de energia – partes relacionadas (c)	200	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Transações de condomínio (b)	22	69
Contratos de mútuos	4.125	-
Dividendos a pagar	598	-
Resultado	22.783	(530)
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	23.876	-
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(200)	-
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(893)	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	(530)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV Holding S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos. Até 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contrato com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A. para o ano de 2023.
- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui operações de compra e venda de energia entre empresas partes relacionadas – Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A CDV Holding S.A é a controladora final da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados, renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa		6.068	6.068	13	13
Aplicações financeiras		7.560	7.560	1.329	1.329
Contas a receber de clientes		5.425	5.425	-	-
Partes relacionadas - outros créditos		1.062	1.062	679	679
Fornecedores		(274)	(274)	(751)	(751)
Debêntures	Nível 2	(96.261)	(102.567)	(84.850)	(84.850)
Empréstimos e financiamentos	Nível 1	(149.138)	(151.898)	-	-
Contratos de mútuos		(4.125)	(4.125)	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(22)	(22)	(69)	(69)
Obrigações com arrendamentos		-	-	(146)	(146)
Dividendos a pagar		(598)	(598)	-	-
Outras contas a pagar		(873)	(873)	(69)	(69)
Total		(231.176)	(240.242)	(83.864)	(83.864)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de níveis 1 e 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado

Descrição	31/12/2023
Imposto de renda – corrente	(1.183)
Contribuição social – corrente	(527)
Total	(1.710)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2023
Venda de energia	25.857
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	2.069
IRPJ adicional / Outras receitas não operacionais (a)	<u>2.790</u>
Alíquota vigente	25%
Dedução adicional IRPJ	-
Imposto de renda corrente	(1.183)
CSLL/alíquota de presunção	12%
CSLL/Lucro presumido	3.103
Outras receitas não operacionais (a)	2.790
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(527)

(a) Trata-se de receitas financeiras. As diferenças de base da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 13(a).

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2023
Saldos iniciais	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.710
Impostos pagos sobre o lucro	(679)
Compensações no exercício	<u>(448)</u>
Saldos finais	<u>583</u>

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.